

CONTRATO CEDAE N.º **008** /2019 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**, sediada na Avenida Francisco Machado da Silva, n.º 415/419, Jardim Antártica, São Paulo - SP, CEP 02.678-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.096.728/0001-49, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. ROLF GROTERHORST, alemão, empresário, portador do RNE W402961/K/DPMAF, inscrito no CPF sob o n.º 446.154.778-72, residente e domiciliado na Rua Pimentel Brandão n.º 92, Jardim Peri, São Paulo – SP, CEP n.º 02.634-090, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n.º **E-07/100.655/2017**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 380/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Decreto Estadual n.º 42.063/2009, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES PARA TUBULAÇÃO DE ESGOTO TIPO CONE DUPLO, INFLÁVEL E MULTIDIMENSIONAL"**.

Itens	Descrição	Quant. (UN)
01	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 300 – 800MM.	04
02	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 100 – 400MM.	04
03	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 500 – 1.200MM.	02

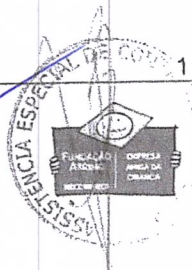
CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;



d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **380/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
 Código Orçamentário: 33.90.30.36
 Fonte de Recursos: 10
 Conta Contábil: 411110213
 Centro de Custos: DS03000000
 Id da Reserva Orçamentária: 2019000209

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 169.444,42** (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Itens	Descrição	Quant. (UN)	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 300 – 800MM.	04	19.444,44	77.777,76
02	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 100 – 400MM.	04	9.722,22	38.888,88
03	Bloqueador de Fluxo Inflável para Tubulações de 500 – 1.200mm.	02	26.388,89	52.777,78
TOTAL:				169.444,42

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

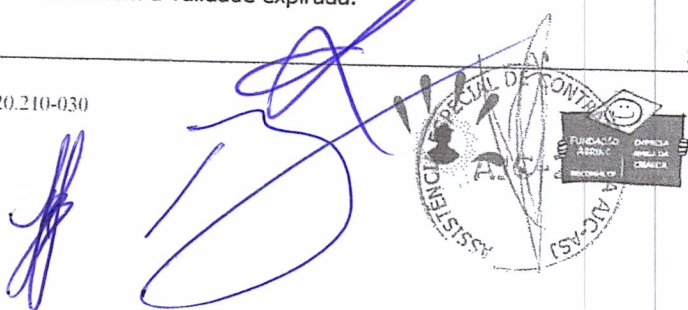
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ **R\$ 169.444,42 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.



PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

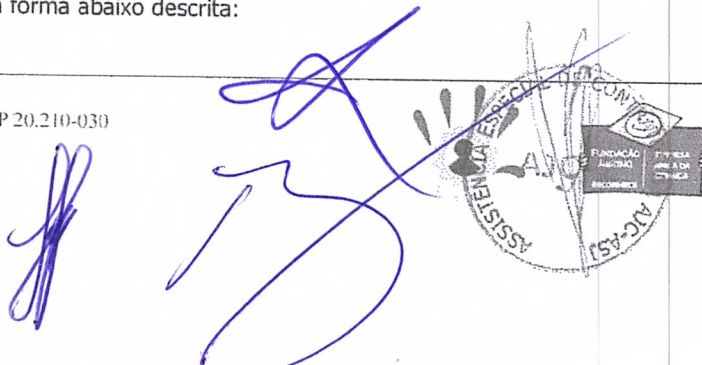
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:



a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.



PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

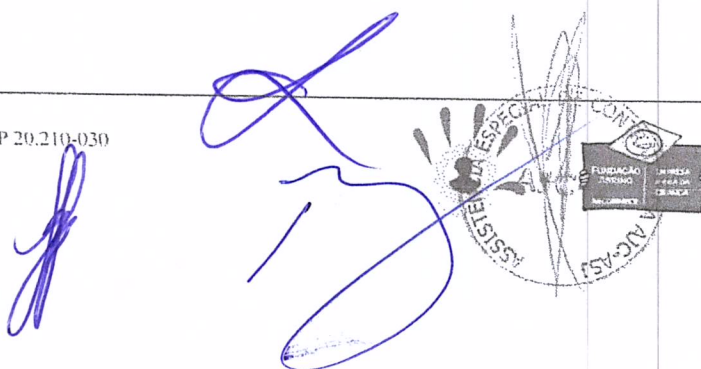
PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO



Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

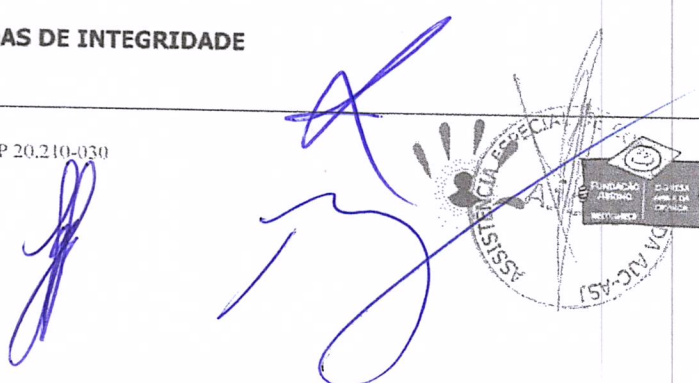
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE



Handwritten signatures and official stamps are present at the bottom of the page. On the right, there is a circular stamp from the 'FUNDACÃO ABREJO' and a rectangular stamp from the 'FUNDACÃO ABREJO' with the text 'FUNDACÃO ABREJO' and 'FUNDACÃO ABREJO'.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.



PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019 .

Pela **CEDAE**:




HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:



ICSER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
ROLF GROTERHORST
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-ICSER-INDÚSTRIA-E-COMÉRCIO-LTDA-aquisição-de-tubulação-de-esgoto-tipo-cone-duplo-PE-360-2018-VBO

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 23/01/2019

DESIGNA LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro B, como Presidente, JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA, Agente de Saneamento II e CARLOS ANTONIO MONTEIRO DE MORAIS, Agente de Saneamento G, como membros titulares e FABIO CORIOLANO SILVEIRA, Engenheiro B, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES PARA TUBULAÇÃO DE ESGOTO TIPO CONE DUPLO, INFLÁVEL E MULTIDIMENSIONAL", de que trata o Processo nº E-07/100.655/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.423/2019.

Id: 2162081

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSESSORIA JURÍDICADESPACHOS DA AUTORIDADE COMPETENTE
DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
DE 07/02/2019

PROCESSO Nº E-15/003/777/2016 - PADARIA E LANCHONETE PADALAR E AROMA LTDA - ME.
PROCESSO Nº E-15/003/702/2016 - VIDIGAL SERVIÇOS DE HOTELARIA LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/657/2016 - FAISÃO HOTEL LTDA. DR. ALEX LEMOS COSTA - OAB/RJ - 22.986.
PROCESSO Nº E-15/003/734/2016 - BIEN MANGER PADARIA E CONFITEARIA LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/699/2016 - MERCADO DE CARNES BRUM LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/822/2016 - PADARIA E CONFITEARIA SÃO CLAUDIO LTDA - EPP.
PROCESSO Nº E-15/003/1320/2016 - ADEGA BARRIL DO RECREIO 2006 LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/536/2017 - TIM CELULAR S/A. DRA. NATHALIA MARTINS DA SILVA - OAB/RJ - 182.672.
PROCESSO Nº E-15/003/1229/2017 - SISTEMA ELITE DE ENSINO S/A.
PROCESSO Nº E-15/003/1311/2017 - CASAS GUANABARA COMESTÍVEIS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/1008/2017 - SUMMER FASHION COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/125/2017 - BRISA BARRA HOTEL LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/1290/2017 - TELEFÔNICA BRASIL S/A - VI-VÓ.
PROCESSO Nº E-15/003/369/2017 - SUPERMERCADO ULTRA TOP LTDA. DRA. JULIANA CARVALHO BRASIL DA ROCHA - OAB/RJ - 157.122. E DRA. PAULA CIBRI WOLFF - OAB/RJ - 119.333.
PROCESSO Nº E-15/003/978/2017 - TELEFÔNICA BRASIL S/A - VI-VÓ.

NOTIFICAR as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011; ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2162097

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSESSORIA JURÍDICADESPACHOS DA AUTORIDADE COMPETENTE
DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
DE 07/02/2019

PROCESSO Nº E-24/004/8091/2013 - VITALE SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI - EPP.
PROCESSO Nº E-24/004/8281/2013 - VITALE SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI - EPP.

NOTIFICAR as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011; ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2162093

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSESSORIA JURÍDICADESPACHOS DA AUTORIDADE COMPETENTE
DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
DE 07/02/2019

PROCESSO Nº E-15/003/624/2017 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.028.
PROCESSO Nº E-15/003/754/2017 - CHURRASCARIA BELISCAO LTDA. DR. CARLOS DAVID AREAS BALLA - OAB/RJ - 127.952.
PROCESSO Nº E-15/003/355/2017 - GALETO MANIA DA TIJUCA RESTAURANTE E BAR LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/756/2017 - CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA. DR. ALEXANDRE BRANDÃO GOMES - OAB/RJ - 72.155.
PROCESSO Nº E-15/003/1204/2017 - HOT N TENDER - SOUL FOODS ALIMENTOS LTDA - ME.
PROCESSO Nº E-15/003/772/2018 - CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICOS S/A.
PROCESSO Nº E-15/003/1176/2017 - BAR E GRILL DELICIE LTDA EPP.
PROCESSO Nº E-15/003/613/2017 - MANA DE MERITI MERCADO LTDA. DR. NILTO CARLOS BADINI - OAB/RJ - 38.772.
PROCESSO Nº E-15/003/824/2017 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.
PROCESSO Nº E-15/003/833/2017 - CASAS GUANABARA COMESTÍVEIS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/29/2017 - MERCADO DAS CARNES SÃO THIAGO LTDA. DR. ODILSON FERNANDES DA FONSECA FILHO - OAB/RJ - 64.316.
PROCESSO Nº E-15/003/223/2017 - MERCADO GUARAUUNA 124 LTDA. DR. JOSE OSWALDO CORREA - OAB/RJ - 12.667.
PROCESSO Nº E-15/003/701/2017 - TELEFÔNICA BRASIL S/A.
PROCESSO Nº E-15/003/921/2017 - CASA DOS QUEIJOS PIONEIRA DE ITAPEBA.
PROCESSO Nº E-15/003/1082/2017 - HORTIGIL HORTIFRUTS S/A.

NOTIFICAR as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011; ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2162092

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO DA SUPERINTENDENTE
DE 04/02/2019

DESIGNA os Analistas da Fazenda Estadual, abaixo relacionado, para terem exercício na Auditoria Regional de Fiscalização - Capital 64.12, da Gerência de Coordenação das Auditorias Fiscais Regionais da Capital, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, com validade de 03/12/2018.

PATRICIA AUGUSTA MOREIRA BENTO, Id. Funcional nº 50192922;
LEON EGÍDIO DE MATOS, Id. Funcional nº 50196618.

Id: 2161952

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 23/01/2019

PROCESSO Nº E-04/204/110/2019 - JOSÉ HENRIQUE BELLUCIO DE LACERDA MARCA, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 3217046-7. CONCEDO 09(nove) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos base de tempo de serviço apurados de 11/08/2002 a 09/08/2007, 10/08/2007 a 07/08/2012 e 08/08/2012 a 06/08/2017.

Id: 2162016

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 06/02/2019

PROCESSO Nº E-04/043/100182/2018 - LUIZ HENRIQUE PICCAGLIA PEREIRA CARDOSO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1951357-7 e matrícula nº 0.294.585-5. CONCEDO o abono de permanência, nos termos art.2º, I a III da EC nº 41/2003, com efeitos a contar de 27/10/2015.

Id: 2161962

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 06/02/2019

PROCESSO Nº E-04/076.8801996 - LUCIANA CHAVES BALABRAM, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 1954784-5. CONCEDO 15(quinze) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos base de tempo de serviço apurados de 25/10/1990 a 23/10/1995, 24/10/1995 a 21/10/2000, 22/10/2000 a 22/12/2005, 23/12/2005 a 21/12/2010 e 22/12/2010 a 20/03/2016, e toma sem efeito os despachos de 31/01/1997 e 31/01/2014, D.O. de 04/02/1997 e 04/02/2014.

PROCESSO Nº E-04/204/188/2019 - MELISSA HARRIS CARELLI, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5019007-5 CONCEDO 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurado de 25/10/2013 a 21/11/2018.

Id: 2161963

EMPRESA	CONTRATO Nº	PROCESSO Nº	PORTARIA DGAF Nº
GLS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	040/2015	E-04/056.1395/2014	1532/2015

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que menciona passa a ser LINCON CARDIANO DOS SANTOS, Id. Funcional 4392876-5; HOMERO DE ALMEIDA CARREIRO, Id. Funcional 5073835-6; LINO OLIVEIRA SOBRAL, Id. Funcional 5089489-7 e GABRIEL SANTOS FERREIRA, Id. Funcional 5089682-0 e como respectivos substitutos os servidores VINICIUS DE AZEVEDO LEITÃO, Id. Funcional 5025462-6; JONATHAN BRUCE PARKER, Id. Funcional 5081850-3; DAVID CARVALHO FONSECA, Id. Funcional 5085141-1 e MARIA LUCIA SILVA, Id. Funcional 1907605-3.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2019

DEBORA PEÇANHA GONÇALVES
Superintendente de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 05/02/2019.

Id: 2162044

EMPRESA	CONTRATO Nº	PROCESSO Nº	PORTARIA DGAF Nº
ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	008/2017	E-04/109/28/2016	1738/2017

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que menciona passa a ser LINCON CARDIANO DOS SANTOS, Id. Funcional 4392876-5; DAVID CARVALHO FONSECA, Id. Funcional 5085141-1 e HYGOR CRÓ TAVARES, Id. Funcional 4403029-0, e como respectivos substitutos os servidores VINICIUS DE AZEVEDO LEITÃO, Id. Funcional 5025462-6; GABRIEL COUTO LEITÃO, Id. Funcional 5087248-6 e ELEANORE TEIXEIRA DA VITÓRIA, Id. Funcional 5025482-0.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2019

DEBORA PEÇANHA GONÇALVES
Superintendente de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 05/02/2019.

Id: 2162045

EMPRESA	CONTRATO Nº	PROCESSO Nº	PORTARIA SUPAFI Nº
INVESTPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA	022/2018	E-04/056/109/2015	126/2018

Art. 2º - A atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que menciona passa a ser ALEXANDRE ALVES DA SILVA, Id. Funcional 5092616-0; DIOGO CARTAXO NUNES BATISTA, Id. Funcional 5094452-6 e JHONI MATEUS TORRES DA SILVA, Id. Funcional 5008160-5 e como respectivos substitutos os servidores LINCON CARDIANO DOS SANTOS, Id. Funcional 4392876-5; VINICIUS DE AZEVEDO LEITÃO, Id. Funcional 5025462-6, e GEOVANE DA SILVA GOMES, Id. Funcional 5093133-4.

Art. 3º - Permanece inalterado o Gestor do referido contrato.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2019

DEBORA PEÇANHA GONÇALVES
Superintendente de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 05/02/2019.

Id: 2162046

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 06/02/2019

PROCESSO Nº E-01/2250/2012 - MARIA AUGUSTA CHAVES DA SILVA - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 28, DEFIRO a partir de 11/10/2018, data da Junta Médica, devendo ser reavaliado em 05(cinco) anos.

PROCESSO Nº E-04/055/76/2013 - SYRLEI MUNIZ FERNANDES - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 52, INDEFIRO o pedido.

PROCESSO Nº E-04/204/128/2017 - ARLETE FERREIRA DE FREITAS - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 11, DEFIRO a partir de 01/08/2018, data da Junta Médica.

PROCESSO Nº E-04/201/754/2018 - JOSÉ MARCEL PACHECO - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 15, de 15 de janeiro de 2019, justifica o deferimento a partir da laudo histopatológico, em 25/05/2018, devendo ser reavaliado a partir de 05(cinco) anos após a mesma data.

Id: 2161964

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATOS DA SUPERINTENDENTE

*PORTARIA SUPAFI Nº 166 DE 23 DE JANEIRO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-04/172/000043/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para, no prazo de 30 (trinta) dias, emitir parecer conclusivo quanto aos fatos de que trata o Processo nº E-01/004.976/2014, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A Sindicância, que trata o artigo anterior, será integrada pela servidora JULIANA RIBEIRO DO AMARAL TEIXEIRA, Id. Funcional 4398767-2.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2019

DEBORA PEÇANHA GONÇALVES
Superintendente de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 05/02/2019.

Id: 2162043

*PORTARIA SUPAFI Nº 167 DE 23 DE JANEIRO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor RENANN FAGUNDES, Id. Funcional 4392876-5, pelo servidor HOMERO DE ALMEIDA CARREIRO, Id. Funcional 5073835-6, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do Contrato, instituída pela Portaria relacionada no quadro abaixo:

*PORTARIA SUPAFI Nº 168 DE 23 DE JANEIRO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor RENANN FAGUNDES, Id. Funcional 4392876-5, pelo servidor DAVID CARVALHO FONSECA, Id. Funcional 5085141-1, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do Contrato, instituída pela Portaria relacionada no quadro abaixo:

*PORTARIA SUPAFI Nº 169 DE 23 DE JANEIRO DE 2019

SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE MENCIONA.

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor RENANN FAGUNDES, Id. Funcional 4392876-5, pelo servidor DIOGO CARTAXO NUNES BATISTA, Id. Funcional 5094452-6, na Comissão de Acompanhamento da Execução do Recebimento e da Fiscalização do Contrato, instituída pela Portaria relacionada no quadro abaixo:

PORTARIA SUPAFI Nº 171 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-04/172/000011/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para, no prazo de 30 (trinta) dias, emitir parecer conclusivo sobre o acréscimo de multa e juros, em cumprimento às determinações contidas no Decreto nº 42.697/2010.

Art. 2º - A Sindicância, que trata o artigo anterior, será integrada pela servidora DANIELE CRISTINA DE SOUZA AGUIAR, Id. Funcional 5015333-1.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2019

DEBORA PEÇANHA GONÇALVES
Superintendente de Administração e Finanças

Id: 2162047

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

GABINETE DO GOVERNADOR
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação.
DATA DA ASSINATURA: 28 de janeiro de 2019.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado ESTADO, o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado DETRAN-RJ, a Secretaria Municipal de Transportes e o Município do Rio de Janeiro, doravante denominado Município.
OBJETO: A delegação ao MUNICÍPIO das atribuições concernentes à fiscalização de trânsito e à atuação e aplicação de medidas administrativas, penalidades e multas por infrações de trânsito e a atuação ao exercício de poder de polícia em decorrência das competências outorgadas ao ESTADO pelo art. 22, incisos V e VI do CTB, e passíveis de delegação ao Município, competindo, exclusivamente ao delegatário durante o período de tais atividades dentro de seu território.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação em extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos através de Termos Aditivos.
Referência: Processo nº E-12/040/14/2018.

Id: 2161951

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ NOTIFICA a empresa PROL CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 72.109.291/0001-51, que, ante o desconhecimento da localização desta, esta Autarquia se valerá do instituto da compensação, visando ressarcimento ao erário dos valores ainda pendentes referentes a agosto e setembro do exercício de 2013, abatendo a diferença dos pagamentos devidos pela Administração em favor do Grupo Prol, conforme apurado no processo administrativo nº E-12/061/10/2015.

Id: 2162135

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 008/2019 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES PARA TUBULAÇÃO DE ESGOTO TIPO CONE DUPLO, INFLÁVEL E MULTIDIMENSIONAL.
PRAZO: 30 (trinta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 169.444,42 (cento e sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.655/2017 (Pregão Eletrônico nº 380/2018).

Id: 2162079

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 007/2019 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a POTENCIAL SEGURADORA S/A.
OBJETO: SEGURO FIANÇA LOCATÍCIA DE GALPÃO LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, 51.100.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.708/2017 (Pregão Eletrônico nº 378/2018).

Id: 2162080

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 6º Termo Aditivo ao Contrato Múltiplo nº 9912243868.
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.
OBJETO: Incluir no Contrato Múltiplo nº 9912243868 o serviço Encomendas Nacionais - 2.1 CP.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 10/01/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.492/2014.

Id: 2161866

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 0100/2015 (DF).
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e ATRIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Presidente, notificar a contratada que, a partir da data desta publicação, INDEFERE o recurso administrativo interposto pela ATRIO Service Tecnologia e Serviços LTDA, através da Carta s/nº de 24/01/2019, autuada às fls. 26 a 28 da CI GER-ADM nº 091/2018, MANTENDO a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, expressamente fixado na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

Id: 2161909

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 009/2018-ASL-1.1
OBJETO: MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 3 ao edital.

Id: 2162011

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 012/2018-ASL-1.1
OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE MELHORIA OPERACIONAL NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI - MUNICÍPIO BARRA DO PIRAI - RJ.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 056/2016 (DF)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e ATRIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor Presidente, notificar a contratada que, a partir da data desta publicação, INDEFERE o recurso administrativo interposto pela ATRIO Service Tecnologia e Serviços Ltda, através da Carta s/nº de 24/01/2019, autuada às fls. 29 a 31, da CI GER-ADM nº 091/2018, MANTENDO a penalidade de ADVERTÊNCIA, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, expressamente fixado na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

Id: 2161910

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

CONTRATO CEDAE Nº 035/2015 (DP)
PARTE: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e Empresa NELSON WILLIAMS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
DECISÃO: A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE resolve, por meio de seu Diretor-Presidente, a partir da data desta publicação, APLICAR A SANÇÃO DE MULTA de 1% (um por cento) sobre o Contrato em epígrafe, no valor de R\$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais), com fulcro na alínea "b", da Cláusula Décima-Segunda, bem como no Parágrafo Terceiro do referido contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93, considerando que a defesa prévia interposta através da Carta s/nº enviada à Comissão de Fiscalização do contrato em referência e autuada às fls. 16 a 113 da Correspondência Interna ACC-ASJ-4 nº 223/2019, pouco alterou a conclusão anterior pela aplicação da multa, com prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação do recurso, sem efeito suspensivo.

Id: 2161911

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES
INSTITUCIONAISCÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO
GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIROCOMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DO BUILD-
ING INFORMATION MODELLING NO RIO DE JANEIRO ESTRATÉGIA BIM RJ

EDITAL

O PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DA ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELLING NO RIO DE JANEIRO - ESTRATÉGIA BIM RJ, no uso da competência que lhe atribui o artigo 6º do Decreto nº 46.471, de 24 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de outubro de 2018, CONVOCA todos os seus membros, definidos no art. 5º do referido Decreto, para a 1ª Reunião Ordinária do Exercício de 2019, no dia 21 de fevereiro do corrente ano, das 14 às 18 horas, no Auditório do Prédio Anexo, Palácio Guanabara, localizado a Rua Pinheiro Machado, s/nº - Laranjeiras. Favor confirmar presença pelos telefones (21) 2334-3666/3660 ou pelo e-mail apasmario.metro@segov.rj.gov.br. Solicitamos que os Gestores dos Órgãos participantes do referido Comitê que ainda não tiverem encaminhado ofício informando a permanência ou substituição dos membros anteriormente indicados, que o faça imprimeiramente até o dia 13 de fevereiro de 2019.

Id: 2162005

Secretaria de Estado de Fazenda

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROTOCOLO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO PARA AS CÂMARAS

Será realizada no dia 13 de fevereiro de 2019, às 12h00min, através de sorteio efetuado na presença da Secretária Geral e de dois Conselheiros, a distribuição para as Câmaras dos seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	NOME / RAZÃO SOCIAL
50998E-04/161112/2011		KEILA CALCADOS E COMPLEMENTOS LTDA- 3ª NÃO
55633E-04/037/000479/2013		MANGUINHOS DISTRIBUIDORA S/A 3ª e 2ª NÃO
59184E-04/038/000007/2013		SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA - 1ª SIM
64005E-04/063518/2007		REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS SA- 4ª NÃO
64532E-04/066000483/2013		PLAYVENDER DISTRIBUIDORA DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA 1ª e 3ª NÃO
65367E-04/038/0000043/2014		CP ATIVOS RJ MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - 2ª SIM
67202E-04/010/0000312/2016		DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA 3ª NÃO
67203E-04/010/0000313/2016		DESK MOVEIS ESCOLARES E PRODUTOS PLASTICOS LTDA- 3ª NÃO
69846E-04/033/0011275/2016		VENTURA DO RIO COMERCIO DE METAIS LTDA- 4ª NÃO
70326E-04/024/001749/2016		ANA E FABIO COMERCIO DE GAS LTDA ME - 2ª NÃO
71440E-04/038/000397/2016		SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETROLEO LTDA- 4ª NÃO
71866E-04/044/000223/2017		JP SMART VENDING OPERADORA DE MAQUINAS AUTOMATICAS LTDA- 1ª NÃO
72172E-04/038/000105/2017		PARKER HANFIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 1ª NÃO
72206E-04/038/000479/2016		BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA - 2ª NÃO
72216E-04/046/003689/2018		CERVEJARIA PETROPOLIS S/A - 3ª NÃO
72391E-04/038/000199/2017		GE CELMA LTDA 3ª NÃO
73256E-04/041/003157/2017		RACHEL GUERSTEIN NUDELMAN
73257E-04/039/000720/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73258E-04/037/000807/2017		PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73259E-04/039/000721/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73260E-04/046/101760/2018		JAMEF TRANSPORTES EIRELI
73261E-04/034/100382/2018		CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA
73262E-04/034/001718/2018		PREMIUM INDUSTRIA COMERCIO E PARTICIPACAO LTDA
73263E-04/037/000808/2017		PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
73264E-04/249460/2011		A PAIVA DA COSTA ARMARINHO E MANUTENCAO
73265E-04/034/000566/2017		CEREAIS BRAMIL LTDA
73266E-04/039/000726/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73267E-04/034/002959/2017		VIDROFLEX VIDROS E ACESSORIOS LTDA ME
73268E-04/034/100920/2018		SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
73269E-04/041/001293/2018		LIECIL FERREIRA DE OLIVEIRA
73270E-04/043/000075/2018		M H M DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
73271E-04/008/100041/2018		SJW COMERCIAL DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
73272E-04/039/000723/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73273E-04/039/000724/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73274E-04/040/000301/2018		TELLERINA COMERCIO DE PRESENTES E ARTIGOS PARA DECORACAO S/A
73275E-04/034/000489/2017		BONNO PAPEIS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME
73276E-04/043953/2012		ARI PESSANHA MONTEIRO
73277E-04/039/000722/2017		COR BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S A
73278E-04/041/000989/2016		BENJAMIN MARIO BAPTISTA FILHO
73280E-04/016/001959/2017		QUERRA VENTO INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA
73281E-04/040/001149/2017		VIA VAREJO S/A
73282E-04/029/000183/2018		RIO ONIBUS COMERCIO DE VEICULOS LTDA EPP